



CÓD: OP-084AG-22
7908403526611

SME

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE PETRÓPOLIS DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

Secretário de Escola

EDITAL N.º 001/2022

Língua Portuguesa

1. Compreensão e estruturação de textos.	5
2. Coesão e coerência textual.	14
3. Semântica: sinônimos, antônimos, polissemia. Vocábulo homônimos e parônimos. Denotação e conotação. Sentido figurado.	14
4. Sistema ortográfico em vigor: emprego das letras	15
5. Acentuação gráfica.	15
6. Formação de palavras: prefixos e sufixos.	16
7. Flexão nominal de gênero e número. Flexão verbal: verbos regulares e irregulares. Vozes verbais. Emprego dos modos e tempos verbais. Emprego dos pronomes pessoais e das formas de tratamento. Emprego do pronome relativo. Emprego das conjunções e das preposições.	17
8. Sintaxe de colocação. Colocação pronominal.	23
9. Concordância nominal e verbal.	24
10. Regência nominal e verbal.	26
11. Emprego do acento da crase.	27
12. Nexos semânticos e sintáticos entre as orações, na construção do período.	27
13. Emprego dos sinais de pontuação.	29

Conhecimento Pedagógico

1. Aspectos Filosóficos da Educação – o pensamento pedagógico moderno: iluminista, positivista, socialista, escola novista, fenomenológico - existencialista, antiautoritário, crítico.	39
2. Tendências atuais: liberais e progressistas.	50
3. O pensamento pedagógico brasileiro: correntes e tendências na prática escolar.	51
4. Aspectos Sociológicos da Educação – as bases sociológicas da Educação, a Educação como processo social, as instituições sociais básicas, educação para o controle e para a transformação social, cultura e organização social, desigualdades sociais, a relação escola / família / comunidade. Educação e Sociedade no Brasil.	62
5. Aspectos Psicológicos da Educação – a relação desenvolvimento / aprendizagem: diferentes abordagens, a relação pensamento / linguagem – a formação de conceitos, crescimento e desenvolvimento: o biológico, o psicológico e o social. O desenvolvimento cognitivo e afetivo.	74
6. Aspectos do Cotidiano Escolar – a formação do professor; a avaliação como processo, a relação professor / aluno; a função social do ensino: os objetivos educacionais, os conteúdos de aprendizagem; as relações interativas em sala de aula: o papel dos professores e dos alunos; a organização social da classe; os direitos da criança e do adolescente; a sala de aula e sua pluralidade.	87

História, Geografia, Turismo e Educação para o Trânsito de Petrópolis

1. Antecedentes históricos: as sesmarias no período colonial; os caminhos serra acima: as fazendas: córrego seco, itamarati, padre correia. A presença de d. Pedro i na região	131
2. A fundação de petrópolis, o major de engenheiros júlio frederico koeler e a povoação planejada; a vontade de d. Pedro ii; a dedicação de paulo barbosa da silva: o decreto imperial nº 155, de 16 de março de 1843	132
3. Evolução do povoado: a colonização germânica; povoadores de outras etnias; os serviços, o artesanato, o comércio e a indústria; formação administrativa e judiciária. A passagem de povoado à cidade em 1857. A criação da câmara municipal	133
4. Nos tempos imperiais; sede de verão do governo; evolução urbana e social; as estradas: ferroviária e de rodagem; a expansão industrial. D. Pedro ii, a princesa isabel e outras personalidades em petrópolis	134
5. Tempos de república: o exílio da família imperial. Os governadores e a cidade. A capital fluminense em petrópolis e a retomada, pelos presidentes, dos veraneios do imperador. Getúlio vargas e petrópolis: a fundação do museu imperial. Santos-dumont e “a encantada”	134
6. Evolução político-econômica: da câmara municipal à prefeitura: osvaldo cruz, o primeiro prefeito. A indústria têxtil: ápice e decréscimo. O hotel quitandinha, o complexo hoteleiro, os palacetes, a vida nos bairros. A ii guerra mundial e a presença dos pracinhas petropolitanos: honra e glória	136
7. A cultura, as artes, o esporte, o pensamento: as agremiações culturais e esportivas, o cinema e o pioneirismo petropolitano; a imprensa, os monumentos; as personalidades em petrópolis e seus feitos: o barão do rio branco e o “trata do de petrópolis”; raul de leoni, o poeta; peter bryan medawar, o petropolitano “prêmio nobel de medicina”, antônio cardoso fontes, o cientista de manguinhos.	138
8. O turismo: bens turísticos naturais e históricos: a catedral de petrópolis e a capela imperial e seu significado; a mata atlântica que resiste; o traçado arquitetônico e a expansão do urbanismo na petrópolis de hoje. Os 5 distritos e a importância na economia e no turismo do município	140
9. Os bens arquitetônicos e sua utilização contemporânea: o palácio sérgio fadel, o palacete mauá, o fórum, a casa da princesa isabel, a casario da avenida koeler, o teatro municipal, os prédios escolares: universidade católica, colégios santa isabel e santa catarina; o paço hermogênio silva; o batalhão d. Pedro ii. O iphan (instituto do patrimônio histórico e artístico nacional) e sua missão de preservar	

ÍNDICE

- e cuidar de todos os bens culturais, turismo: gastronomia, ecoturismo em petrópolis: trilhas e caminhadas ecológicas; cachoeiras e montanhismo; unidades de conservação; apa; turista e os tipos de turismo; um projeto urbanístico preocupado com o meio ambiente; problemas ambientais e ocupação desordenada; petrópolis e seu mercado turístico; pontos turísticos de petrópolis 142
10. Geografia de petrópolis: localização, altitude, clima, fauna, flora, população, principais acidentes geográficos: elevações, rios, avenidas e ruas no traçado da primeira cidade planejada do brasil. 149
11. A evolução dos meios de transportes; bondes em petrópolis; ônibus e automóveis em petrópolis; regras de trânsito; os tipos de sinalização de trânsito; trânsito: de mulas e carroças para carros; principais normas de trânsito para pedestres; normas de comportamento e responsabilidade dos motoristas no trânsito; atenção ciclista; lei seca; trânsito: fiscalização eletrônica e velocidade; trânsito e cidadania: acessibilidade; acidentes de trânsito; transporte coletivo: atitudes para um trânsito mais humano; semana nacional de educação para o trânsito; problemas com o trânsito: congestionamento x transporte público 150

Legislação (Políticas de Educação Brasileira)

1. Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e suas alterações. 155
2. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei nº 8.069/90 172
3. Lei nº 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) 209
4. Leis nº 10.639/03 e 11.645/2008 – História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. 225
5. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – 2007 226
6. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's): orientações didáticas, natureza, objetivos e conteúdos propostos 226
7. Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) 226

Conhecimentos Específicos Secretário de Escola

1. Escrituração escolar: matrícula; frequência; histórico escolar; expedição de: diplomas, certificados de conclusão de séries e de cursos. Transferência. 245
2. Preparar e afixar: quadros e horário de aula 251
3. Controle do cumprimento de carga horária anual. 252
4. Termo de visita 252
5. Manter registros: processo de avaliação e promoção 252
6. Dados estatísticos e informações educacionais 253
7. Relatórios. 254
8. Comunicados. 254
9. Editais, atas e ofícios. 255
10. Adaptação 257
11. Inter complementaridade 257
12. Grades curriculares. 258
13. Lei 9394/96 258
14. Administração geral: recebimento e expedição de correspondência, de processos e de papéis em geral. 258
15. Registro e controle de frequência pessoal docente e administrativo. 258
16. Escala de férias 258
17. Folha de pagamento 258
18. Inventário da escola 259
19. Ética no serviço público 259
20. Noções de arquivo: conceito, tipos de arquivo, acessórios para arquivamento, método de arquivamento 263
21. Noções de atendimento ao público 274
22. Relacionamento interpessoal 277
23. Redação oficial: ata, ofício, circular, atestado, declaração, relatório e suas características linguísticas e textuais. 286
24. Estatuto da criança e do adolescente (eca): lei n.º 8.069, de 13/07/1990: título i - das disposições preliminares; título ii - dos direitos fundamentais: capítulo i - do direito à vida e à saúde, capítulo ii - do direito à liberdade, ao respeito e à dignidade, capítulo iv - do direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer 296
-

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E ESTRUTURAÇÃO DE TEXTOS

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

Dicas práticas

1. Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.

2. Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.

3. Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto: dados, fonte de referências e datas.

4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.

5. Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam **compreensão do texto** aparecem com as seguintes expressões: *o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor...* Já as questões que esperam **interpretação do texto** aparecem com as seguintes expressões: *conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...*

Tipologia Textual

A partir da estrutura linguística, da função social e da finalidade de um texto, é possível identificar a qual tipo e gênero ele pertence. Antes, é preciso entender a diferença entre essas duas classificações.

Tipos textuais

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
TEXTO DISSERTATIVO ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
TEXTO INJUNTIVO	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

Gêneros textuais

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo
- Bilhete
- Bula
- Carta
- Conto
- Crônica
- E-mail
- Lista
- Manual

- Notícia
- Poema
- Propaganda
- Receita culinária
- Resenha
- Seminário

Vale lembrar que é comum enquadrar os gêneros textuais em determinados tipos textuais. No entanto, nada impede que um texto literário seja feito com a estruturação de uma receita culinária, por exemplo. Então, fique atento quanto às características, à finalidade e à função social de cada texto analisado.

ARGUMENTAÇÃO

O ato de comunicação não visa apenas transmitir uma informação a alguém. Quem comunica pretende criar uma imagem positiva de si mesmo (por exemplo, a de um sujeito educado, ou inteligente, ou culto), quer ser aceito, deseja que o que diz seja admitido como verdadeiro. Em síntese, tem a intenção de convencer, ou seja, tem o desejo de que o ouvinte creia no que o texto diz e faça o que ele propõe.

Se essa é a finalidade última de todo ato de comunicação, todo texto contém um componente argumentativo. A argumentação é o conjunto de recursos de natureza linguística destinados a persuadir a pessoa a quem a comunicação se destina. Está presente em todo tipo de texto e visa a promover adesão às teses e aos pontos de vista defendidos.

As pessoas costumam pensar que o argumento seja apenas uma prova de verdade ou uma razão indiscutível para comprovar a veracidade de um fato. O argumento é mais que isso: como se disse acima, é um recurso de linguagem utilizado para levar o interlocutor a crer naquilo que está sendo dito, a aceitar como verdadeiro o que está sendo transmitido. A argumentação pertence ao domínio da retórica, arte de persuadir as pessoas mediante o uso de recursos de linguagem.

Para compreender claramente o que é um argumento, é bom voltar ao que diz Aristóteles, filósofo grego do século IV a.C., numa obra intitulada “Tópicos: os argumentos são úteis quando se tem de escolher entre duas ou mais coisas”.

Se tivermos de escolher entre uma coisa vantajosa e uma desvantajosa, como a saúde e a doença, não precisamos argumentar. Suponhamos, no entanto, que tenhamos de escolher entre duas coisas igualmente vantajosas, a riqueza e a saúde. Nesse caso, precisamos argumentar sobre qual das duas é mais desejável. O argumento pode então ser definido como qualquer recurso que torna uma coisa mais desejável que outra. Isso significa que ele atua no domínio do preferível. Ele é utilizado para fazer o interlocutor crer que, entre duas teses, uma é mais provável que a outra, mais possível que a outra, mais desejável que a outra, é preferível à outra.

O objetivo da argumentação não é demonstrar a verdade de um fato, mas levar o ouvinte a admitir como verdadeiro o que o enunciador está propondo.

Há uma diferença entre o raciocínio lógico e a argumentação. O primeiro opera no domínio do necessário, ou seja, pretende demonstrar que uma conclusão deriva necessariamente das premissas propostas, que se deduz obrigatoriamente dos postulados admitidos. No raciocínio lógico, as conclusões não dependem de crenças, de uma maneira de ver o mundo, mas apenas do encadeamento de premissas e conclusões.

Por exemplo, um raciocínio lógico é o seguinte encadeamento:
A é igual a B.
A é igual a C.
Então: C é igual a B.

Admitidos os dois postulados, a conclusão é, obrigatoriamente, que C é igual a A.

Outro exemplo:

Todo ruminante é um mamífero.

A vaca é um ruminante.

Logo, a vaca é um mamífero.

Admitidas como verdadeiras as duas premissas, a conclusão também será verdadeira.

No domínio da argumentação, as coisas são diferentes. Nele, a conclusão não é necessária, não é obrigatória. Por isso, deve-se mostrar que ela é a mais desejável, a mais provável, a mais plausível. Se o Banco do Brasil fizer uma propaganda dizendo-se mais confiável do que os concorrentes porque existe desde a chegada da família real portuguesa ao Brasil, ele estará dizendo-nos que um banco com quase dois séculos de existência é sólido e, por isso, confiável. Embora não haja relação necessária entre a solidez de uma instituição bancária e sua antiguidade, esta tem peso argumentativo na afirmação da confiabilidade de um banco. Portanto é provável que se creia que um banco mais antigo seja mais confiável do que outro fundado há dois ou três anos.

Enumerar todos os tipos de argumentos é uma tarefa quase impossível, tantas são as formas de que nos valem para fazer as pessoas preferirem uma coisa a outra. Por isso, é importante entender bem como eles funcionam.

Já vimos diversas características dos argumentos. É preciso acrescentar mais uma: o convencimento do interlocutor, o auditório, que pode ser individual ou coletivo, será tanto mais fácil quanto mais os argumentos estiverem de acordo com suas crenças, suas expectativas, seus valores. Não se pode convencer um auditório pertencente a uma dada cultura enfatizando coisas que ele abomina. Será mais fácil convencê-lo valorizando coisas que ele considera positivas. No Brasil, a publicidade da cerveja vem com frequência associada ao futebol, ao gol, à paixão nacional. Nos Estados Unidos, essa associação certamente não surtiria efeito, porque lá o futebol não é valorizado da mesma forma que no Brasil. O poder persuasivo de um argumento está vinculado ao que é valorizado ou desvalorizado numa dada cultura.

Tipos de Argumento

Já verificamos que qualquer recurso linguístico destinado a fazer o interlocutor dar preferência à tese do enunciador é um argumento. Exemplo:

Argumento de Autoridade

É a citação, no texto, de afirmações de pessoas reconhecidas pelo auditório como autoridades em certo domínio do saber, para servir de apoio àquilo que o enunciador está propondo. Esse recurso produz dois efeitos distintos: revela o conhecimento do produtor do texto a respeito do assunto de que está tratando; dá ao texto a garantia do autor citado. É preciso, no entanto, não fazer do texto um amontoado de citações. A citação precisa ser pertinente e verdadeira. Exemplo:

“A imaginação é mais importante do que o conhecimento.”

Quem disse a frase aí de cima não fui eu... Foi Einstein. Para ele, uma coisa vem antes da outra: sem imaginação, não há conhecimento. Nunca o inverso.

Alex José Periscinoto.

In: Folha de S. Paulo, 30/8/1993, p. 5-2

A tese defendida nesse texto é que a imaginação é mais importante do que o conhecimento. Para levar o auditório a aderir a ela, o enunciador cita um dos mais célebres cientistas do mundo. Se um físico de renome mundial disse isso, então as pessoas devem acreditar que é verdade.

Argumento de Quantidade

É aquele que valoriza mais o que é apreciado pelo maior número de pessoas, o que existe em maior número, o que tem maior duração, o que tem maior número de adeptos, etc. O fundamento desse tipo de argumento é que mais = melhor. A publicidade faz largo uso do argumento de quantidade.

Argumento do Consenso

É uma variante do argumento de quantidade. Fundamenta-se em afirmações que, numa determinada época, são aceitas como verdadeiras e, portanto, dispensam comprovações, a menos que o objetivo do texto seja comprovar alguma delas. Parte da ideia de que o consenso, mesmo que equivocado, corresponde ao indiscutível, ao verdadeiro e, portanto, é melhor do que aquilo que não desfruta dele. Em nossa época, são consensuais, por exemplo, as afirmações de que o meio ambiente precisa ser protegido e de que as condições de vida são piores nos países subdesenvolvidos. Ao confiar no consenso, porém, corre-se o risco de passar dos argumentos válidos para os lugares comuns, os preconceitos e as frases carentes de qualquer base científica.

Argumento de Existência

É aquele que se fundamenta no fato de que é mais fácil aceitar aquilo que comprovadamente existe do que aquilo que é apenas provável, que é apenas possível. A sabedoria popular enuncia o argumento de existência no provérbio “Mais vale um pássaro na mão do que dois voando”.

Nesse tipo de argumento, incluem-se as provas documentais (fotos, estatísticas, depoimentos, gravações, etc.) ou provas concretas, que tornam mais aceitável uma afirmação genérica. Durante a invasão do Iraque, por exemplo, os jornais diziam que o exército americano era muito mais poderoso do que o iraquiano. Essa afirmação, sem ser acompanhada de provas concretas, poderia ser vista como propagandística. No entanto, quando documentada pela comparação do número de canhões, de carros de combate, de navios, etc., ganhava credibilidade.

Argumento quase lógico

É aquele que opera com base nas relações lógicas, como causa e efeito, analogia, implicação, identidade, etc. Esses raciocínios são chamados quase lógicos porque, diversamente dos raciocínios lógicos, eles não pretendem estabelecer relações necessárias entre os elementos, mas sim instituir relações prováveis, possíveis, plausíveis. Por exemplo, quando se diz “A é igual a B”, “B é igual a C”, “então A é igual a C”, estabelece-se uma relação de identidade lógica. Entretanto, quando se afirma “Amigo de amigo meu é meu amigo” não se institui uma identidade lógica, mas uma identidade provável.

Um texto coerente do ponto de vista lógico é mais facilmente aceito do que um texto incoerente. Vários são os defeitos que concorrem para desqualificar o texto do ponto de vista lógico: fugir do tema proposto, cair em contradição, tirar conclusões que não se fundamentam nos dados apresentados, ilustrar afirmações gerais com fatos inadequados, narrar um fato e dele extrair generalizações indevidas.

Argumento do Atributo

É aquele que considera melhor o que tem propriedades típicas daquilo que é mais valorizado socialmente, por exemplo, o mais raro é melhor que o comum, o que é mais refinado é melhor que o que é mais grosseiro, etc.

Por esse motivo, a publicidade usa, com muita frequência, celebridades recomendando prédios residenciais, produtos de beleza, alimentos estéticos, etc., com base no fato de que o consumidor tende a associar o produto anunciado com atributos da celebridade.

Uma variante do argumento de atributo é o argumento da competência linguística. A utilização da variante culta e formal da língua que o produtor do texto conhece a norma linguística socialmente mais valorizada e, por conseguinte, deve produzir um texto em que se pode confiar. Nesse sentido é que se diz que o modo de dizer dá confiabilidade ao que se diz.

Imagine-se que um médico deva falar sobre o estado de saúde de uma personalidade pública. Ele poderia fazê-lo das duas maneiras indicadas abaixo, mas a primeira seria infinitamente mais adequada para a persuasão do que a segunda, pois esta produziria certa estranheza e não criaria uma imagem de competência do médico:

- Para aumentar a confiabilidade do diagnóstico e levando em conta o caráter invasivo de alguns exames, a equipe médica houve por bem determinar o internamento do governador pelo período de três dias, a partir de hoje, 4 de fevereiro de 2001.

- Para conseguir fazer exames com mais cuidado e porque alguns deles são barrapésada, a gente botou o governador no hospital por três dias.

Como dissemos antes, todo texto tem uma função argumentativa, porque ninguém fala para não ser levado a sério, para ser ridicularizado, para ser desmentido: em todo ato de comunicação deseja-se influenciar alguém. Por mais neutro que pretenda ser, um texto tem sempre uma orientação argumentativa.

A orientação argumentativa é uma certa direção que o falante traça para seu texto. Por exemplo, um jornalista, ao falar de um homem público, pode ter a intenção de criticá-lo, de ridicularizá-lo ou, ao contrário, de mostrar sua grandeza.

O enunciador cria a orientação argumentativa de seu texto dando destaque a uns fatos e não a outros, omitindo certos episódios e revelando outros, escolhendo determinadas palavras e não outras, etc. Veja:

“O clima da festa era tão pacífico que até sogras e noras trocavam abraços afetuosos.”

O enunciador aí pretende ressaltar a ideia geral de que noras e sogras não se toleram. Não fosse assim, não teria escolhido esse fato para ilustrar o clima da festa nem teria utilizado o termo até, que serve para incluir no argumento alguma coisa inesperada.

Além dos defeitos de argumentação mencionados quando tratamos de alguns tipos de argumentação, vamos citar outros:

- Uso sem delimitação adequada de palavra de sentido tão amplo, que serve de argumento para um ponto de vista e seu contrário. São noções confusas, como paz, que, paradoxalmente, pode ser usada pelo agressor e pelo agredido. Essas palavras podem ter valor positivo (paz, justiça, honestidade, democracia) ou vir carregadas de valor negativo (autoritarismo, degradação do meio ambiente, injustiça, corrupção).

- Uso de afirmações tão amplas, que podem ser derrubadas por um único contra exemplo. Quando se diz “Todos os políticos são ladrões”, basta um único exemplo de político honesto para destruir o argumento.

CONHECIMENTO PEDAGÓGICO

ASPECTOS FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO – O PENSAMENTO PEDAGÓGICO MODERNO: ILUMINISTA, POSITIVISTA, SOCIALISTA, ESCOLA NOVISTA, FENOMENOLÓGICO - EXISTENCIALISTA, ANTIAUTORITÁRIO, CRÍTICO

A Filosofia é um estudo relacionado à existência, ao conhecimento, a verdade, aos valores morais e estéticos, a mente e a linguagem. Seus métodos estão caracterizados pela argumentação.

Sua importância para a compreensão da sociedade e do mundo é para quebrar barreiras para que o indivíduo através de seu esforço obtenha um estado pleno de satisfação, ocasionando um momento de felicidade.

Através da argumentação podemos quebrar as barreiras dos nossos preconceitos, ideias erradas, de nossa realidade que não queremos mudar. Melhoramos nossas ideias, decisões e agimos melhor, já que nossas ações se baseiam naquilo que pensamos.

Já os problemas que a filosofia apresenta ajudam-nos a compreender melhor o mundo, fazendo-nos ter uma atitude crítica em relação às respostas e soluções apresentadas para os problemas da sociedade, com o objetivo de termos um mundo cada vez melhor para todos.

Mas enfrentamos grandes dificuldades para implementar esta disciplina no currículo escolar por diversos motivos.

Por parecer ser uma disciplina de resultados substanciais, por acreditar ser uma disciplina especulativa, que lida com problemas que ninguém sabe resolver. Então o que ensinar? Como lidar com a diversidade de teorias defendidas? Qual a competência e conteúdo central?

Temos também a cultura autoritária, onde encontramos dificuldade em questionar os grandes filósofos do passado, onde apenas poderemos estudar e expor as ideias de tal filósofo, sendo assim, estaremos estudando a história da filosofia.

Filosofar não é fazer relatórios sobre o que os filósofos pensam, e sim, fazer o que os filósofos fazem.

O contexto da Educação no século XXI e as desigualdades sociais

A educação no século XXI tem como objetivo a transformação social, onde o educador provocará no educando o busca pela descoberta, pela pesquisa, por solucionar problemas.

Mas essa realidade ainda está longe do alcance de todos os alunos. Percebemos claramente a desigualdade na educação entre os que têm um poder aquisitivo maior e os que dependem de uma educação custeada pelo governo.

Já temos salas de aulas interativas, onde o aluno é um descobridor, um solucionador de problemas, um pesquisador e crítico.

Enquanto em outros lugares, a realidade é que muitas escolas nem tem carteiras e cadeiras escolares adequadas, salas de aula equipadas, livros didáticos, professores preparados.

Essa desigualdade absurda é reflexo de um governo que não tem princípios com a educação. Vem de uma cultura onde o governo é favorecido com a ignorância de seu povo. Onde a educação acaba por fazer o que a classe dominante lhes impõe.

A Indústria Cultural e sua interferência na realidade da Educação contemporânea

A educação brasileira tem seus pontos altos e baixos, infelizmente a educação não é de qualidade para todo o indivíduo, pois a realidade social em que cada indivíduo se insere é diferente, a desigualdade social faz com que uns tenham uma educação de nível e outros não, ou seja, educação de qualidade é para poucos.

Segundo Otaíza de O. Romanelli (1986, p. 23), a educação no Brasil é profundamente marcada por desníveis e, por isso, a ação educativa se processa de acordo com a compreensão que se tem da realidade social em que se está submerso. Nesse processo, dois aspectos se distinguem: o gesto criador – que resulta do fato de o homem “estar-no-mundo e com ele relacionar-se” transformando-o e transformando-se; e o gesto comunicador – que o homem executa e, assim, transmite a outros os resultados de sua experiência.

Como podemos ver a educação brasileira sofre muitos impactos, dentre eles o da política, onde quem quer entender a educação não poderá jamais ignorar tais questões, pois estão diretamente envolvidas no processo educativo, já que se apresenta como um jogo que mostra uma realidade deturpada, colocando-se assim acima de prioridades educativas, pois os interesses dos poderosos menosprezam o que realmente tem valor no contexto social em que o homem é inserido.

Outro fator não menos importante e cada dia mais real no meio educativo que deve ser levado em conta, mas ainda não é reconhecido é a indústria Cultural que a cada dia que passa com a globalização vem sendo inserida em várias áreas sociais, invadindo também o contexto escolar e não percebemos tal influência por que também já fomos dominados pela indústria cultural.

Indústria Cultural é um termo concebido pelos teóricos Adorno e Horkheimer

Segundo Adorno e Horkheimer o produto cultural perde seu brilho, sua unicidade, sua especificidade de valor de uso quando se transforma em valor de troca, assim dissolvendo a verdadeira arte ou cultura, portanto acaba por cegar os homens da modernidade de massa, ocupando assim o espaço vazio que ficou deixado para o lazer, fazendo-nos ser irracionais e não percebermos a injustiça do sistema capitalista. Para que a população tenha fácil acesso a Indústria Cultural tem-se a televisão, ela chega às escolas quer através de programas do governo ou levada pelos próprios gestores, professores, alunos e funcionários escolares.

Em fim a Indústria Cultural já esta inserida no cotidiano do ser humano, e este não consegue mais viver sem consumir tudo que lhe é oferecido através da mídia.

Com isso a própria escola acaba criando pequenos consumidores, fazendo-os querer cadernos, agendas de marcas renomadas, Hello Kit, Xuxa, Justin Beaver entre outros, isso quando a própria escola, no caso, as particulares adotam o uso obrigatório de agendas.

Com tudo isso esquecemo-nos de fazer uso da Filosofia da Educação que aprendemos nos cursos de formação, esquecemo-nos de colocar em prática os ensinamentos aprendidos nos tornando pessoas manipuláveis sem que saibamos dialogar com aquilo que lemos e fazemos deixando de refletir e analisar profundamente nosso comportamento.

A teoria de Pierre Boudieu vem mostrar a realidade da educação no Brasil

Até que ponto a teoria do autor se aplica à nossa realidade?

A desigualdade na educação cada vez mais vem se destacando a olhos vistos, devido a vários motivos descritos por Pierre Boudieu, realmente sendo o papel da escola não transformar, e sim, reproduzir e reforçar as desigualdades sociais.

Sem incentivo e investimento por parte do governo, as escolas e educadores enfrentam a realidade de cada aluno e comunidade onde está localizada a escola, fazendo com que o conhecimento, postura e habilidades que o aluno traz da vida sejam reproduzidos na sala de aula, ao invés da escola começar do zero e superar as deficiências de conhecimento de cada aluno.

Temos salas de aulas superlotadas, poucos professores e professores com muitas disciplinas, sem tempo ou condição de investirem melhor em suas atuações em sala de aula.

Hoje em dia temos ONGs e movimentos de pessoas com poder aquisição melhor, para incentivar pequena parte de crianças a terem aulas de reforço e complementação curricular, para diminuir a desigualdade, lembrando que a parte atingida é muito pequena.

Vemos que a cada dia as famílias que tem condições financeiras estáveis, transferirem seus filhos para escolas particulares, para terem uma educação melhor.

Realmente o pessimismo de Bourdieu tem fundamentos concretos de que a competição escolar tomou âmbito incontornável, sem perspectivas de superação, por motivos culturais e governamentais.¹

Pensamento Pedagógico Moderno

O pensamento pedagógico moderno caracteriza-se pelo *realismo*.

A educação e a ciência eram consideradas um fim em si mesmo.

O Pensamento Pedagógico Moderno foi sendo estruturado num contexto de transformações sob diferentes dimensões da vida social. Estariam lançadas as primeiras idéias culturais e científicas que comporiam um conjunto de instituições de socialização e de produção do conhecimento que nos acostumamos a compreender como estruturas do mundo moderno.

Do ponto de vista epistemológico, de uma filosofia do conhecimento, pode-se dizer que o primado da razão e da luz, naquele tempo/espaço estabeleceu-se a partir de idéias literárias e científicas Renascentistas. Séculos após, o pensamento iluminista (humanista moderno) europeu está pautado em processos significantes de transformações no setor de produção, mas também dos estilos de consumo de grupos sociais burgueses. Entre os séculos XVII e XIX as Revoluções Científicas, Burguesas conduziram o imaginário coletivo para a adoção de uma perspectiva racional de *progresso*,

¹ Fonte: www.portaleducacao.com.br

cuja tônica dar-se-ia pelo desenvolvimento técnico e burocrático, de produção e científico das sociedades européias modernas e da América do Norte no século XIX, ainda o pensamento racional. Para Narodowski: *a revolução industrial necessita tornar suas a física de Galileu, os princípios matemáticos newtonianos, a química de Lavoisier e a astronomia de Kepler, pois são esses os princípios teóricos que se encontram em condições de acudir para resolver as questões de tecnologia aplicada que irão se suscitando com base nos problemas gerados pela produção de mercadorias em grande escala. Os fundamentos dessas ciências haviam preexistido a seu uso tecnológico concreto durante dois séculos, mas foi necessário que um sujeito social - nesse caso, a burguesia industrial européia - pudesse absorvê-los e ressignificá-los de um modo particular e conforme suas necessidades históricas (p.2).*

O mundo Ocidental gradativamente passou a substituir a fé, as trocas simbólicas graciosamente vindas das dádivas da natureza, ou vindas de dádivas da Igreja pela ordem política, cultural, científica e de trabalho do projeto de modernidade fundamentado no contrato social entre homens livres visando o bem comum. As representações da pedagogia moderna estão nesse espaço/tempo de idéias das primeiras descobertas de um humanismo europeu que aos poucos romperia com o humanismo católico. Na verdade desde os *Trezentos* e *Quatrocentos*, segundo Manacorda (1992), a sociedade ensaiava mudanças, pois já estavam instalados os alicerces da modernidade, por exemplo, o progresso científico vindo das primeiras Escolas que originaram as primeiras Universidades, em 1300, mesmo essas tendo sido orientada pelo catolicismo. É esse o marco temporal que repousavam os primeiros mestres livres, localizados em cidades comunais que protagonizaram a instrução dos artesãos e mercadores, da aprendizagem matemática pelos livros de contabilidade, cuja prática pedagógica livre visava à formação escolástica e ainda a profissionalizante. Estaria nesse período, sobretudo o *espírito do humanismo moderno* (Capítulo VI a VII), um humanismo que, segundo Manacorda, fazia

“autocrítica dos seus aspectos pedantescos e fossilizantes, ligados ao mero culto formal das letras e das palavras, ao novo conformismo gramatical e estilístico (...) amplia-se o próprio quadro de atenção das palavras às coisas, do mundo antigo à atualidade, ou como diz Machiavelli, da ‘contínua lição dos antigos’ à ‘observação da realidade efetiva’ e interferem autoritariamente junto ao poder político para sugerir uma nova e diferente organização da cultura e da instrução (p.185).

Para Sacristán (1999) a educação é tida como ideal de progresso. Como utopia de modernidade cultural e material, a educação ganha discussão central em meio intelectual, cuja defesa pela escolarização das massas em bases da ciência era o mote para as sociedades modernas alcançarem a melhoria nas condições produtivas e de existência. Portanto, tornou-se uma perspectiva da sociedade entre os séculos XVII a XIX alcançar o ideal de universalização da educação como pressuposto de avanços nos conhecimentos técnico-científicos, mas também no desenvolvimento tanto material quanto espiritual da humanidade. (p.151).

A Educação na Modernidade: algumas ideias

Objetivamos nesse trabalho demonstrar as raízes/relações históricossociais do pensamento pedagógico moderno. A história das idéias pedagógicas associa-se à idéia de progresso pela via da educação como fator de desenvolvimento social, que se daria pela inclusão dos indivíduos, obviamente respeitando um sistema de hierarquização nos processos de produção capitalista, (industrialização). A racionalização das estruturas (instituições burocráticas) dependia da disseminação de idéias que consolidariam um imagi-

nário coletivo de progresso pelo avanço técnico-científico. Assim, a Educação Geral ou Profissionalizante passaram a ser uma “atividade instrucional e instrumental” universalizada para atender os trabalhadores livres e filhos, mas não como prática social formadora de homens partícipes do projeto societário moderno.

Gadotti (2001), em seu livro sobre as idéias pedagógicas, ressalta que o período compreendido como predominante de uma pedagogia moderna (Capítulo 6) representa um estágio em que a educação se configuraria na perspectiva de caráter intencional ou instrucional. Um processo sociocultural de muitas mudanças nas instituições tradicionais, pois o que era ensinado em muitos locais fora considerado obsoleto ou tendencioso, uma vez que no início a educação intencional esteve a serviço da classe dominante, o clero e a monarquia.

Na visão de Moacir Gadotti a mudança deu-se por descobertas dos primeiros humanistas mais desapegados do humanismo católico, tais como os ligados às ciências, dentre outros, René Descartes e a sua grande obra o “Discurso do Método”, que remete aos quatro grandes princípios, tais como: “jamais tomar alguma decisão sem conhecê-la evidentemente como tal; dividir todas as dificuldades quantas vezes forem necessários antes de resolvê-las; organizar os pensamentos começando pelas mais simples até as mais difíceis; e fazer uma revisão geral para não omitir nada”. Essas premissas de Descartes constituem hoje como uma visão científica que pode ser relativizada, porque estando fora do contexto natural ou social daquela época, na atualidade podemos flexibilizar com mais outros princípios metodológicos, o que nos leva a crer que de acordo com os demais fundamentos científicos das diversas áreas das ciências naturais, o paradigma cartesiano não serve como único modelo analítico.

Em Manacorda (1992) estão entre os séculos XVI e XVIII as idéias que corroboraram para a organização de um pensamento moderno no âmbito da educação. Muitas dessas idéias surgiram em meio a Reforma (Luterana) e a Contra-Reforma Católica, fato que acabou por consolidar alguns conhecimentos sobre ensino e aprendizagem. Não tardou para que os processos educacionais entre os séculos XVII e XVIII balizassem os ensinamentos por meio da adoção de livros e textos literários de, por exemplo, Rabelais, Diderot, Rousseau, Bacon e Locke³. Tal literatura contribuiu para a educação das crianças fora da visão disciplinador-moralista, o que propiciou a abertura para uma estrutura pedagógica tal como pressupunha Rousseau em Emílio. Também contribuiu com a propagação de propostas educacionais envolvendo aspectos formativos de natureza mais científica voltada para a instrução-trabalho, como foi o caso da profissionalização dos *droguistas, herboristas, contadores e boticários*, por exemplo.

Em Libâneo (1992), o protagonista do pensamento pedagógico moderno está representado por João Amos Comênio, do século XVII. Como pastor protestante, ligado aos ensinamentos de seu rebanho, interessou-se pela teoria didática ao associar processos de ensino aos de aprendizagem. Ele ficou reconhecido pela obra *Didacta Magna*, tida não apenas como um método pedagógico para ensinar com rapidez as letras e às ciências, mas, sobretudo, como uma obra de princípios pedagógicos, psicológicos e filosóficos. Libâneo remete as idéias de Comênio tangenciando um período de avanços no campo da Filosofia e das Ciências, como as grandes transformações nas técnicas de produção, em contraposição às “*idéias conservadoras da nobreza e do clero. O sistema capitalista, ainda insuficiente, já influenciava a organização da vida social, política e cultural (...)* a Didática de Amos Comênio se assentava nos seguintes princípios: 1) a finalidade da educação é conduzir à felicidade eterna com Deus, pois é uma força poderosa de regeneração da vida humana. Todos os homens merecem a sabedoria (...) o homem deve ser educado

de acordo com o seu desenvolvimento natural (...) a assimilação de conhecimentos não se dá instantaneamente, como se o aluno registrasse de forma mecânica (...) o método intuitivo consiste, assim, na observação direta, pelos órgãos dos sentidos, das coisas, para o registro das impressões” (p. 58)

Segundo Gadotti (2001) a idéia central de Comênio era a de que: *a escola ao invés de ensinar palavras, deveria ensinar o conhecimento das coisas*. Na visão de Manacorda (1992) no plano do pensamento pedagógico e da prática didática, o mérito de Comênio estivera na pesquisa e na valorização de todas as metodologias de ensino que na atualidade chamaríamos de método ativo e que desde os primeiros passos do humanismo começaram a ser experimentadas.

Neste contexto, é que John Locke é tido como um dos importantes pensadores da política e da sociedade moderna, combatendo o inatismo, segundo Manacorda, ele disse que *nada existe em nossa mente que não tenha origem em nossa própria mente*. Por isso valorizava a educação das crianças, na medida em que ele entendia ser essa prática educativa infantil uma forma de preparar os adultos, que poderiam ser profissionais ou dirigentes, o que para Locke remetia a presença do professor numa ação ativa sobre a mente do educando. Para Manacorda “o espírito das novas classes dirigentes encontrava sua expressão no pensamento de Locke que se preocupava com a educação do *gentleman* (...) quanto às classes populares, ele se preocupava em prover as crianças, que viviam dos subsídios paroquiais com base na lei de pobres, com escolas tradicionais que preparavam para as atividades relacionadas com a indústria fundamental do país” (p.225).

Para Moacir Gadotti, o pensamento pedagógico moderno caracterizava-se pelo realismo, o que pressupunha a universalização da educação para manter o funcionamento das estruturas racionais. Assim, as idéias de Francis Bacon dividem as ciências e ainda ressaltavam que *saber é poder sobre tudo*.

Ainda, no dizer de Gadotti, de “humanista a educação tornou-se científica (...) o conhecimento só tinha valor quando preparava para a vida e para a ação”. (p.154). O século XVII traria a luta das camadas populares pelo acesso à escola, portanto, a classe trabalhadora que surgia como livre para vender a sua força de trabalho, podia e devia ter um papel na mudança social. Também neste período, surgiram várias ordens religiosas católicas que se dedicavam à educação popular. Muitas dessas escolas ofereciam ensino gratuito na forma de internato. Tratava-se de uma educação filantrópica e assistencial.

Tangenciando o século XIX e início do século XX, por lá o positivismo comtiano (Comte) e spenceriano (Spencer) era focado na produção dos homens europeus e brasileiros de ciência, letras e filosofia. A missão desses homens primava pela organização das instituições sociais e polícticoburocráticas de ensino-pesquisa. Após algumas buscas em autores e dicionários da área de ciências humanas e sociais, percebemos que, embora muitos dos “Homens de ciência e da política” tivessem se apoiado em Stuart Mill, H. Spencer e C. Darwin, foi principalmente em August Comte onde eles encontraram a matriz de suas formulações empírico-teóricas, que sustentaram a pesquisa e ensino das Escolas positivistas do Brasil.

No Dicionário de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (1986) encontra-se a explicação sobre a obra de Comte, segunda a qual ele chegou à Lei da Classificação, especulando sobre uma visão paradigmática de ciências, ordenadamente compreendida em termos de uma crescente complexidade, indo da matemática, astronomia, física, química, biologia e sociologia à moral.

Pode-se destacar como um aspecto interessante na lógica de Comte o fato dele considerar que algumas ciências complexas, como a biologia, possuíam laços estreitos com a matemática, a química, a sociologia e a moral. No entanto, os laços que as uniam só

HISTÓRIA, GEOGRAFIA, TURISMO E EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO DE PETRÓPOLIS

ANTECEDENTES HISTÓRICOS: AS SESMARIAS NO PERÍODO COLONIAL; OS CAMINHOS SERRA ACIMA: AS FAZENDAS: CÓRREGO SECO, ITAMARATI, PADRE CORREIA. A PRESENÇA DE D. PEDRO I NA REGIÃO

A fundação da cidade de Petrópolis está intimamente ligada ao Imperador D. Pedro I e ao Pe. Correia. Desde que o Imperador pernitoou na fazenda do padre, de passagem pelo Caminho do Ouro que o levaria às Minas Gerais, ficou encantado com a exuberância e amenidade do clima. Foi seu desejo, então, adquirir a propriedade para seu uso e, em especial, para o tratamento de sua filha, Princesa Dona Paula Mariana, de cinco anos, sempre muito doente e que se recuperou bem quando lá esteve.

Dom Pedro I sentia a necessidade de construir um palácio fora do Rio de Janeiro, pois recebia muitas visitas da Europa não habituadas ao calor tropical. Construir um palácio na fazenda do Padre Correia seria muito oportuno pelo excelente clima da região, que agradaria aos visitantes estrangeiros. Incomodava também ao Imperador a existência de residências muito mais luxuosas que os seus palácios, todos eles muito simples. Um palácio de verão serra acima poderia ser mais qualificado para a sua condição imperial. Além disso, sua filha, a princesinha Da. Paula, que tinha sérios problemas de saúde, vindo a falecer prematuramente aos dez anos, passou um verão na Fazenda do Padre Correia e se sentiu muito bem, repetindo a estadia muitas vezes. Em 1828, D. Pedro I, agora com sua segunda esposa, D. Amélia, continuava a frequentar a fazenda com Da Paula. A comitiva imperial nunca tinha menos de cinquenta pessoas e Da. Amélia sentiu que visitas tão avantajadas estavam trazendo muitos problemas para Da. Arcângela, irmã e herdeira do padre. Pediu então a Dom Pedro que comprasse a Fazenda. O Imperador se entusiasmou com a ideia, mas Da. Arcângela, alegando questões familiares de herança, não concordou com a venda. Ela mesma, talvez querendo se ver livre das incômodas e frequentes visitas reais, indicou a Dom Pedro I uma fazenda vizinha que estava à venda, a do Córrego Seco, pertencente ao Sargento-Mór José Vieira Afonso. Assim D. Pedro comprou o Córrego Seco por vinte contos de réis, preço considerado muito alto para o valor real da fazenda. A escritura de compra foi assinada em 1830.

D. Pedro I ainda adquiriu outras propriedades no entorno, no Alto da Serra, em Quitandinha e no Retiro, ampliando a área de sua fazenda. Ele poderia afinal realizar seu sonho de 1822, construindo um Palácio de Verão. Como enfrentava dificuldades políticas na capital, desejando que reinasse paz entre a Nação e o Trono, passou a chamar o seu Córrego Seco de Fazenda da Concórdia, onde pretendia construir um palácio. Encarregou o arquiteto real Pedro José Pezerat e o engenheiro francês Pierre Taulois de um projeto que denominou Palácio da Concórdia, simbolizando a harmonia que tanto desejava entre a Nação e o ramo brasileiro da Casa dos Bragança. Mas a obra não foi realizada, pois no dia 07 de abril de 1831, o Imperador foi obrigado a abdicar para retornar a Portugal.

AS SESMARIAS E ANTIGAS FAZENDAS DA REGIÃO

As primeiras sesmarias distribuídas no “sertão de serra acima do Inhomirim” pelo governo português datam de 1686 a algumas pessoas que, no momento, se destacavam na vida política e na segurança da Colônia. Mas devido à presença dos índios Coroados e das dificuldades de subir a serra, somente com o Caminho Novo e com a concessão de novas glebas a sesmeiros, a atividade econômica desenvolveu a região. Quando Petrópolis foi fundado 130 anos depois, já havia um grande número de fazendas e alguma atividade industrial entre a baía da Guanabara e Vila Rica, conforme descreve o Barão de Langsdorff no primeiro volume de seus diários. Assim, o trânsito pelo Caminho Novo era muito grande. Na região onde seria fundado Petrópolis, as fazendas mais importantes eram:

- Fazenda do Rio da Cidade, na Estrada do Contorno.
- Fazenda do Pe. Correia, em Corrêas.
- Fazenda do Córrego Seco, cuja sede era onde hoje está o Ed. Pio XII (Rua Marechal Deodoro, no Centro Histórico).
- Fazendas Quitandinha, Samambaia, Retiro de São Tomás e São Luiz, Itamaraty, Secretário, que depois deram seus nomes aos bairros da cidade e dos distritos.
- Fazenda da Engenhoca, onde hoje está a Estação de Transbordo de Corrêas.
- Fazenda Mangalarga e Fazenda das Arcas, em Itaipava.
- Fazenda Sumidouro, em Pedro do Rio.
- Fazenda Santo Antônio, na estrada Philúvio Cerqueira (Petrópolis – Teresópolis).
- Fazenda das Pedras, na Serra das Araras.

A FAZENDA DO Pe. CORREIA e D. PEDRO I

Antônio Tomás de Aquino Correia, filho de Manuel Correia da Silva, nasceu no Rio da Cidade em 1759, estudou na Universidade de Coimbra e foi ordenado em 1783, passando a ser conhecido como o Padre Correia. Transformou sua propriedade na mais progressiva fazenda da Variante do Caminho Novo, citada por todos os viajantes estrangeiros que por ali passaram quando o Brasil abriu seus portos ao comércio internacional. Em 1829, o viajante inglês Robert Walsh cita em seus diários que lá tomou um excelente suco de pêssego. Refere-se também a plantações de café, mostrando dessa forma a importância da fazenda. A casa grande da fazenda era enorme, com varanda na frente e muito bonita. Havia uma capela consagrada a Nossa Senhora do Amor Divino, cuja imagem está atualmente na igreja de Corrêas. Esse conjunto arquitetônico está preservado até hoje como um dos mais antigos e valiosos monumentos coloniais petropolitanos.

O Padre Correia criava gado mais para corte do que para o aproveitamento de leite. Como o clima era propício havia o cultivo de cravos, figos, jabuticabas, uvas, pêssegos, marmelos, milho e maçãs e outras frutas de origem europeia. Mas a principal atividade do Padre Correia era cultivo de milho e a fabricação de ferraduras para atender à enorme demanda exigida pelas dezenas de tropas diárias que pernoitavam na Fazenda. Lá também, existiam muitos escravos. O Padre Correia foi um dos grandes senhores de terra da região petropolitana. D. Pedro I esteve na fazenda em

março de 1822 e retornou várias vezes passando a ter grande admiração por aquele local. O Padre Correia faleceu em 1824, com 65 anos, de morte repentina, provavelmente problemas cardíacos, tendo Da. Arcângela Joaquina da Silva, sua irmã, herdado a fazenda.

A FUNDAÇÃO DE PETRÓPOLIS, O MAJOR DE ENGENHEIROS JÚLIO FREDERICO KOELER E A POVOAÇÃO PLANEJADA; A VONTADE DE D. PEDRO II; A DEDICAÇÃO DE PAULO BARBOSA DA SILVA: O DECRETO IMPERIAL Nº 155, DE 16 DE MARÇO DE 1843

Com a abdicação e morte de seu pai em 1834, D. Pedro II herda essas terras, que passam por vários arrendamentos, até que Paulo Barbosa da Silva, Mordomo da Casa Imperial, teve a iniciativa de retomar os planos de Pedro I, de construir um palácio de verão no alto da serra da Estrela. Era uma vultosa empreitada que iria consumir consideráveis investimentos públicos e privados nos anos seguintes, mas o Império, na década 1840-50, estava em boa condição financeira, com o afastamento dos ingleses da nossa economia, com a proibição do tráfico negreiro, que liberava capitais para investir e, principalmente, com o “boom” do café. O Mordomo já tinha mandado o engenheiro alemão Júlio Frederico Koeler construir a Estrada Normal da Serra da Estrela para tornar possível o acesso de carruagens à Fazenda do Córrego Seco, uma vez que o Caminho Novo era apenas para tropas de mulas.

Paulo Barbosa e Koeler elaboraram um plano para fundar o que ele denominou “Povoação-Palácio de Petrópolis”, que compreendia a doação de terras da fazenda imperial a colonos livres, que iriam não só levantar a nova povoação, mas, também, seriam produtores agrícolas. Assim nasceu Petrópolis, com a mentalidade de substituir o trabalho escravo pelo trabalho livre.

No dia 16 de março de 1843, o Imperador, que estava com dezoito anos e recém-casado com Da. Teresa Cristina, assinou o Decreto Imperial nº 155, que arrendava as terras da fazenda do Córrego Seco ao Major Koeler para a fundação da “Povoação-Palácio de Petrópolis”, incluindo as seguintes exigências:

- 1- Projeto e construção do Palácio Imperial.
- 2- Urbanização de uma Vila Imperial com Quarteirões Imperiais.
- 3- Edificação de uma igreja em louvor a São Pedro de Alcântara.
- 4- Construção de um cemitério.
- 5- Cobrar foros imperiais dos colonos moradores.
- 6- Expulsar terceiros das terras ocupadas ilegalmente.

O Major Koeler fez a planta geral da povoação-palácio, o projeto do Palácio Imperial e, em janeiro de 1845, colocou na Bolsa de Valores as ações da Companhia de Petrópolis, criada por ele, para a execução de seus planos e projetos. As ações da Companhia foram vendidas em quatro meses e dois meses após, a 29 de junho, começaram a chegar os imigrantes alemães para se instalarem e começar o trabalho. Com recursos financeiros e mão-de-obra livre, a construção da povoação-palácio estava assegurada. Além disso, os governos provinciais de Caldas Vianna, em 1843, e Aureliano Coutinho, em 1845, deram integral apoio ao plano traçado pelo Mordomo Imperial e por Koeler.

O palácio de verão era uma tradição das monarquias europeias. A Casa de Bragança, em Portugal, veraneava no Paço Real e no Palácio da Pena, ambos em Sintra. No Brasil, desde de Dom João VI, a Família Imperial passava seus verões no Convento Jesuíta de Sta Cruz, no Rio de Janeiro, tentando, sem muito sucesso, se livrar do calor do clima de São Cristóvão. Dom Pedro II não ti-

na muita simpatia nem pelo Convento, nem pela Fazenda de Sta. Cruz. Em 1850, Dom Afonso, primeiro filho do Imperador, tinha dois anos e a Família Imperial estava desde o Natal em Sta Cruz, quando, sem motivo aparente, o menino apareceu morto no seu berço. O monarca ficou desolado e tomou horror pelo Convento, decidindo nunca mais ali voltar, passando a se interessar pelo projeto do seu mordomo. Ele conheceu a Serra da Estrela em 1844, quando esteve na Fábrica de Pólvora. Em 1845, esteve hospedado com a imperatriz na casa-grande do Córrego Seco, especialmente preparada desde outubro de 1843 para recebê-lo.

O MORDOMO-REAL PAULO BARBOSA DA SILVA (1790-1868)

Paulo Barbosa nasceu em Sabará, MG. Aos quatorze anos era cadete e, em 1810, foi promovido a alferes. Como capitão, foi transferido para o Imperial Corpo de Engenheiros. No ano de 1825, embarcou para a Europa em viagens de estudos. Com a queda de José Bonifácio, tutor do imperador, o coronel Paulo Barbosa da Silva passou a ser, por intermédio de uma nomeação, o Mordomo da Casa Imperial, função que ia desempenhar com grande desenvoltura.

O mordomo Paulo Barbosa, com seu espírito liberal e ecumênico, era contra a escravidão e prestou relevantes serviços ao Império. A sua participação na fundação de Petrópolis foi decisiva quando mobilizou o seu companheiro de arma, o engenheiro Major Júlio Frederico Köeler.

Além disso, foi Ministro Plenipotenciário na Rússia, na Alemanha, na Áustria e na França, onde, em 1851, foi demitido de sua função diplomática. Retornou ao Brasil a chamado de D. Pedro II, em 1854, novamente como Mordomo da Casa Imperial, falecendo em 1868.

O MAJOR JÚLIO FREDERICO KÖELER (1804-1847)

Júlio Frederico Köeler era germânico da Mogúncia, no vale do rio Reno, dominada na época pela França de Napoleão, com suas instituições que valorizavam o mérito e a riqueza em lugar das convenções e privilégios. Os hábitos e o refinamento franceses marcaram profundamente o temperamento do Mj Köeler e orientaram a sua atuação nos primeiros anos da fundação de Petrópolis.

Ainda jovem, ingressou no Exército prussiano, chegando a alferes. Em 1828, foi contratado para servir no Exército Imperial, depois de prestar rigorosos exames perante a Academia Militar do Rio de Janeiro. Casou-se, em 1830, na catedral de Niterói, com D. Maria do Carmo Rebelo de Lamare.

Afastado do Exército por questões políticas quando foram demitidos todos os oficiais estrangeiros não naturalizados, Köeler foi contratado como engenheiro civil na Província do Rio de Janeiro. Em 1831, já naturalizado cidadão brasileiro, retornou ao Exército e, nos doze anos seguintes, realizou importantes obras públicas na província, uma delas a construção da Estrada Normal da Estrela, que dava acesso a Petrópolis. Em 1843, arrendou a Fazenda Imperial e iniciou o seu trabalho na região.

O plano urbanístico para Petrópolis era complexo porque a cidade deveria ser levantada entre montanhas, aproveitando o curso dos rios. Ele inverteu o antigo estilo colonial português de construir as casas com o fundo para os rios que eram utilizados apenas como esgoto, como na maioria das nossas cidades. Passou a aproveitar os cursos de água para traçar pelas suas margens as avenidas e as ruas que davam acesso aos bairros. Outro aspecto relevante no plano foi a preocupação com a preservação da natureza, determinada pelo seu código de posturas municipais.

Köeler faleceu num trágico acidente durante um torneio de tiro ao alvo, na Chácara da Terra Santa, de sua propriedade. Sua curta administração frente à colônia de Petrópolis foi decisiva para o que foi realizado nos anos posteriores.

EVOLUÇÃO DO POVOADO: A COLONIZAÇÃO GERMÂNICA; POVOADORES DE OUTRAS ETNIAS; OS SERVIÇOS, O ARTESANATO, O COMÉRCIO E A INDÚSTRIA; FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA. A PASSAGEM DE POVOADO À CIDADE EM 1857. A CRIAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

Como todo povoado colonial, a cidade nasceu de um curato em 1845, subordinado a São José do Rio Preto e, um ano depois, foi criada a Paróquia de São Pedro de Alcântara, vinculada à Vila da Estrela. Em 1857, onze anos após, foi elevado a município e cidade, sem passar pela condição de vila, o que era, na ocasião, inédito.

Mas o Imperador não desejava essa mudança de status para sua Petrópolis, pois sabia que nessa condição haveria uma administração municipal interferindo nas suas relações com a cidade. O Coronel Amaro Emílio da Veiga, deputado na Assembleia Provincial, depois de duas tentativas sem sucesso por interferência do próprio Imperador, conseguiu aprovar o seu projeto "...elevando a povoação de Petrópolis à categoria de cidade, revogando-se as leis em contrário." D. Pedro II ficou enfurecido e retaliou, determinando que o Cel. Veiga retornasse ao Exército, impedindo que ele assumisse a presidência da Assembleia Legislativa de Petrópolis, para a qual tinha sido o candidato mais votado nas primeiras eleições municipais. Desgostoso, o Cel. Veiga pediu a reforma do Exército, afastando-se da vida pública, mas continuou morando em Petrópolis até falecer, alguns anos depois. Hoje, ele dá nome a uma importante rua da cidade.

A COLONIZAÇÃO ALEMÃ

Na primeira metade dos anos 1800, as consequências sociais e econômicas da Revolução Francesa e da Revolução Industrial resultaram numa difícil condição de vida para os povos de língua alemã. A população estava politicamente desiludida e havia discórdia por toda a parte. Ricos e pobres endividados, o desemprego era grande no Rhur, o coração do aço alemão, com muitos problemas nas minas de carvão. Salvo os que viviam da vinicultura, uma parte da população que, movida pela esperança de vida melhor, deixou tudo e partiu para as Américas. A maioria dos colonos que chegou a Petrópolis era natural de aldeias localizadas nos bispados de Treves e Mogúncia, na Renânia e Westphália, (Grão-Ducado de Hesse-Darmstadt e no Ducado de Nassau), região atualmente conhecida pelo nome de Hunsrück, localizada na confluência dos rios Reno e Mosel.

Em 1837, aportou no Rio de Janeiro o navio Justine com 238 imigrantes alemães em viagem para a Austrália. Devido aos maus tratos sofridos a bordo, eles resolveram não seguir viagem, permanecendo no Rio de Janeiro. O Mj Koeler soube da ocorrência e se entendeu com a Sociedade Colonizadora do Rio de Janeiro para trazer os imigrantes para trabalhar na abertura da Estrada Normal da Estrela, pagando uma indenização ao capitão do navio. Assim, foi dada permissão aos colonos de desembarcarem no Rio de Janeiro. Estes, sob as ordens de Koeler, estiveram primeiramente trabalhando no Meio da Serra, depois foram para o Itamarati.

A segunda leva de colonos foi planejada pelos presidentes da província João Caldas Viana e Aureliano Coutinho para trabalhar em obras na província, mas eles acabaram em Petrópolis, locando

no terreno do plano urbanístico traçado por Koeler. Foram 600 casais de colonos alemães contratados em 1844, exigindo-se que fossem artífices e artesãos com experiência.

Treze navios deixaram Dunquerque com 2.338 imigrantes, o primeiro deles chegando ao porto de Niterói em 13 de junho e o último em 7 de novembro de 1845, sendo os imigrantes alojados em barracões ao lado da igreja matriz. Acertados os trâmites legais, eles foram transferidos para o Arsenal de Guerra do Rio, onde se acha hoje instalado o Museu Histórico Nacional, ficando por lá alguns dias e, então, seguiram viagem pela baía da Guanabara e pelo rio Inhomirim até o Porto da Estrela. De lá, para o Córrego Seco, foram a pé ou a cavalo, com escalas na Fábrica de Pólvora e no Meio da Serra, onde existiam ranchos para os viajantes.

Muitos dos colonos que deixaram Dunquerque não chegaram a Petrópolis em consequência do mau passadio a bordo e do surto de febres nos depósitos. Outros, especialmente crianças, não resistiram à penosa subida da serra e foram enterrados pelo caminho. O diplomata belga, Auguste Ponthoz, em seu livro "Avaliação sobre o Brasil", afirma que 252 imigrantes morreram, sendo 56 nos portos ou na viagem para Petrópolis.

Vieram muito mais alemães católicos do que protestantes. No dia 19 de outubro de 1845, na praça Koblenz, dia de São Pedro de Alcântara, num altar ornamentado com flores silvestres, o Padre Luís Gonçalves Dias Correia celebrou uma missa para os católicos e o pastor Frederico Ave-Lallemant professou um culto para os protestantes. O Presidente da Província, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, compareceu a essa solenidade, tendo feito um grande elogio ao trabalho dos colonos.

Foram muitas as dificuldades iniciais. Logo que aqui chegaram, foi necessária a compra de 200 cabras para alimentar as crianças, já que suas mães não tinham leite, devido às agruras da viagem. Köeler planejou uma colônia agrícola em Petrópolis sem estudo prévio da geologia do terreno, o que resultou no fracasso do empreendimento. Os colonos abriram estradas, derrubaram matas para a construção de residências e semearam suas hortas para consumo e foram utilizados nas obras públicas, retificando os rios, drenando os lodaçais e construindo os prédios da povoação.

Para tornar mais fácil a adaptação dos colonos alemães à nova terra, Koeler nomeou os quarteirões de Petrópolis com o nome de suas regiões de origem, como Mosela, Palatinato, Renânia, Nassau, Bingen, Ingelheim, Simeria, Castelânia, Westphalia. Ele também homenageou a Família Imperial em dois quarteirões, Vila Imperial e Vila Teresa. Em 1854, Otto Reimarus, que continuou o trabalho de Koeler, criou os quarteirões de Darmstadt, Woerstadt, Worms e outros. Também prestou homenagem às várias nacionalidades de imigrantes de Petrópolis, nomeando outros quarteirões: Quarteirão Francês, Quarteirão Suíço, Quarteirão Inglês e mais tarde o Quarteirão Italiano. Para os brasileiros que ajudaram a construir Petrópolis, dedicou o Quarteirão Brasileiro e o Quarteirão Mineiro.

Hoje, os descendentes dos colonos estão por toda a cidade e seus nomes de família podem ser encontrados no Obelisco do centro da cidade, nos guias telefônicos e dão nomes a ruas e praças. O progresso dos colonos alemães dinamizou Petrópolis, contribuindo para o seu desenvolvimento. O seu trabalho e a sua lembrança fazem parte da cidade.

OUTROS IMIGRANTES COLONIZADORES

Os portugueses, principalmente açorianos, alguns antes mesmos dos alemães, vieram para trabalhar na construção da Estrada da Serra da Estrela, em pedras de cantaria e comércio. Surgiram, em torno da cidade, comunidades portuguesas de floricultores.

LEGISLAÇÃO (POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO BRASILEIRA)

LEI Nº 9.394/96 (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL) E SUAS ALTERAÇÕES

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I Da Educação

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

TÍTULO II Dos Princípios e Fins da Educação Nacional

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX - garantia de padrão de qualidade;

X - valorização da experiência extraescolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)

IV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)

TÍTULO III

Do Direito à Educação e do Dever de Educar

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

a) pré-escola; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

b) ensino fundamental; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

c) ensino médio; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

IX - padrões mínimos de qualidade do ensino, definidos como a variedade e a quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem adequados à idade e às necessidades específicas de cada estudante, inclusive mediante a provisão de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos apropriados; (Redação dada pela Lei nº 14.333, de 2022)

X - vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade. (Incluído pela Lei nº 11.700, de 2008).

Art. 4º-A. É assegurado atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa. (Incluído pela Lei nº 13.716, de 2018).

Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra

legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigí-lo. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 1º O poder público, na esfera de sua competência federativa, deverá: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I - recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

II - fazer-lhes a chamada pública;

III - zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

§ 2º Em todas as esferas administrativas, o Poder Público assegurará em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório, nos termos deste artigo, contemplando em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais.

§ 3º Qualquer das partes mencionadas no *caput* deste artigo tem legitimidade para peticionar no Poder Judiciário, na hipótese do § 2º do art. 208 da Constituição Federal, sendo gratuita e de rito sumário a ação judicial correspondente.

§ 4º Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade.

§ 5º Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente da escolarização anterior.

Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

Art. 7º O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino;

II - autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público;

III - capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal.

Art. 7º-A Ao aluno regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privada, de qualquer nível, é assegurado, no exercício da liberdade de consciência e de crença, o direito de, mediante prévio e motivado requerimento, ausentar-se de prova ou de aula marcada para dia em que, segundo os preceitos de sua religião, seja vedado o exercício de tais atividades, devendo-se-lhe atribuir, a critério da instituição e sem custos para o aluno, uma das seguintes prestações alternativas, nos termos do inciso VIII do *caput* do art. 5º da Constituição Federal: (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

I - prova ou aula de reposição, conforme o caso, a ser realizada em data alternativa, no turno de estudo do aluno ou em outro horário agendado com sua anuência expressa; (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

II - trabalho escrito ou outra modalidade de atividade de pesquisa, com tema, objetivo e data de entrega definidos pela instituição de ensino. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

§ 1ºA prestação alternativa deverá observar os parâmetros curriculares e o plano de aula do dia da ausência do aluno. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

§ 2ºO cumprimento das formas de prestação alternativa de que trata este artigo substituirá a obrigação original para todos os efeitos, inclusive regularização do registro de frequência. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019)(Vigência)

§ 3ºAs instituições de ensino implementarão progressivamente, no prazo de 2 (dois) anos, as providências e adaptações necessárias à adequação de seu funcionamento às medidas previstas neste artigo.(Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

§ 4ºO disposto neste artigo não se aplica ao ensino militar a que se refere o art. 83 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019)(Vigência) (Vide parágrafo único do art. 2)

TÍTULO IV

Da Organização da Educação Nacional

Art. 8º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.

§ 1º Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.

§ 2º Os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta Lei.

Art. 9º A União incumbir-se-á de: (Regulamento)

I - elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

II - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios;

III - prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva;

IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;

IV-A - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, diretrizes e procedimentos para identificação, cadastramento e atendimento, na educação básica e na educação superior, de alunos com altas habilidades ou superdotação; (Incluído pela Lei nº 13.234, de 2015)

V - coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;

VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;

VII - baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação;

VIII - assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;

IX - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino. (Vide Lei nº 10.870, de 2004)

§ 1º Na estrutura educacional, haverá um Conselho Nacional de Educação, com funções normativas e de supervisão e atividade permanente, criado por lei.

§ 2º Para o cumprimento do disposto nos incisos V a IX, a União terá acesso a todos os dados e informações necessários de todos os estabelecimentos e órgãos educacionais.

§ 3º As atribuições constantes do inciso IX poderão ser delegadas aos Estados e ao Distrito Federal, desde que mantenham instituições de educação superior.

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino;

II - definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;

III - elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios;

IV - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

VI - assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem, respeitado o disposto no art. 38 desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 12.061, de 2009)

VII - assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual. (Incluído pela Lei nº 10.709, de 31.7.2003)

Parágrafo único. Ao Distrito Federal aplicar-se-ão as competências referentes aos Estados e aos Municípios.

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

II - exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;

III - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

IV - autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

VI - assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal. (Incluído pela Lei nº 10.709, de 31.7.2003)

Parágrafo único. Os Municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica.

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;

II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;

III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;

IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;

V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;

VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola; (Redação dada pela Lei nº 12.013, de 2009)

VIII - notificar ao Conselho Tutelar do Município a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de 30% (trinta por cento) do percentual permitido em lei; (Redação dada pela Lei nº 13.803, de 2019)

IX - promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (bullying), no âmbito das escolas; (Incluído pela Lei nº 13.663, de 2018)

X - estabelecer ações destinadas a promover a cultura de paz nas escolas. (Incluído pela Lei nº 13.663, de 2018)

XI - promover ambiente escolar seguro, adotando estratégias de prevenção e enfrentamento ao uso ou dependência de drogas. (Incluído pela Lei nº 13.840, de 2019)

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

III - zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Art. 16. O sistema federal de ensino compreende: (Regulamento)

I - as instituições de ensino mantidas pela União;

II - as instituições de educação superior mantidas pela iniciativa privada; (Redação dada pela Lei nº 13.868, de 2019)

III - os órgãos federais de educação.

Art. 17. Os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal compreendem:

I - as instituições de ensino mantidas, respectivamente, pelo Poder Público estadual e pelo Distrito Federal;

II - as instituições de educação superior mantidas pelo Poder Público municipal;

III - as instituições de ensino fundamental e médio criadas e mantidas pela iniciativa privada;

IV - os órgãos de educação estaduais e do Distrito Federal, respectivamente.

Parágrafo único. No Distrito Federal, as instituições de educação infantil, criadas e mantidas pela iniciativa privada, integram seu sistema de ensino.

Art. 18. Os sistemas municipais de ensino compreendem:

I - as instituições do ensino fundamental, médio e de educação infantil mantidas pelo Poder Público municipal;

II - as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada;

III - os órgãos municipais de educação.

Art. 19. As instituições de ensino dos diferentes níveis classificam-se nas seguintes categorias administrativas: (Regulamento) (Regulamento)

I - públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público;

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Secretário de Escola

ESCRITURAÇÃO ESCOLAR: MATRÍCULA; FREQUÊNCIA; HISTÓRICO ESCOLAR; EXPEDIÇÃO DE: DIPLOMAS, CERTIFICADOS DE CONCLUSÃO DE SÉRIES E DE CURSOS. TRANSFERÊNCIA

A escrituração escolar é o registro organizado e regular das informações e ocorrências da vida escolar do estudante e da unidade educacional. A sistematização da vida escolar se realiza por meio de um conjunto de normas regulamentadas por Lei, e abrange os seguintes documentos:

- matrícula
- diário de classe
- mapa colecionador de canhotos
- atas de resultados finais
- histórico escolar
- declaração
- transferência
- certificados e/ou diploma

A Escrituração Escolar compreende:

- processamento dos dados sobre matrículas, informações pessoais dos alunos e abandono escolar
- registros escolares oficiais
- organização, alimentação dos dados e manutenção da identificação de livros dados e formulários do SIGE: modulação de professores, projeto pedagógico, ficha individual dos estudantes, histórico escolares, certificados de conclusão de curso, entre outros
- processamento da frequência escolar de alunos, professores e servidores
- processamento do número de alunos para compor de base para a assistência técnica e para o repasse de recursos financeiros
- processamento dos dados dos docentes e das equipes pedagógica e administrativa

Princípios: ao se realizar os registros, deve-se observar os preceitos de objetividade, simplicidade, autenticidade e racionalidade.

Fundamentação Legal

- Federal - Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) - Lei nº 9394/1996, Artigo nº 24 - regulamenta as diretrizes e parâmetros para registro da vida escolar do aluno
- Estadual - Deliberação do Conselho Estadual de Educação (Del/CEE) nº 10/1997: regulamenta o Regimento das unidades de ensino Fundamental e Médio.
- Parecer do CEE nº 67/1998, artigos 73 e 75: determinam as Normas Regimentais Básicas para as Escolas Estaduais.
- Parecer do CEE nº 67/1998: trata da autorização para matrícula no Ensino Médio, sem que se tenha concluído o Ensino Fundamental.
- Deliberação CEE nº 18/1986 e Indicação CEE nº 08/1986: estabelece critérios para a regularização da vida escolar de educandos matriculados de forma indevida em determinada série, ou por se encontrarem retidos em séries precedentes, ou por não terem cursado séries anteriores, ou ainda, por terem recebidos certificado de conclusão ou diploma, mesmo estando retido na série terminal.

Objetivos

- garantir, em todo tempo, a certificação dos seguintes dados a respeito do aluno e da escola: identidade, regularidade dos estudos, efetividade da vida escolar, operação da unidade escolar.
- assegurar o acesso, a permanência e a progressão nos estudos, como também a regularidade da vida escolar do aluno
- atender prontamente às requisições de esclarecimentos e informações.

CLASSIFICAÇÃO DOS REGISTROS INDIVIDUAL

Guia de transferência: Registro do deslocamento do aluno entre unidades escolares, mesmo de países estrangeiros, embasado aproveitamento e na equivalência dos aprendizados. Para se expedir as transferências, deve-se utilizar formulários do Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGE), um programa informatizado que auxilia no planejamento, e no processamento dos dados - atualmente, está presente em todas as unidades escolares do Brasil. Quando uma unidade escolar recebe uma transferência antes do início do ano letivo, deve-se observar e seguir as nomenclaturas e os resultados das avaliações referidas no documento, fazendo sua transcrição sem quaisquer conversões.

Modelo básico do Guia de Transferência

REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA

(IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR)

Solicitamos a transferência do(a) aluno(a) _____
 _____, filho(a) de _____
 e _____
 matriculado nesta Unidade Escolar no(a) _____ ano/série do
 Ensino _____
 da turma _____, turno _____, ano letivo de _____.

 (Local e Data)

 (assinatura do requerente)

As informações gerais e padronizadas do guia de transferência são:

- No cabeçalho: dados de identificação do educando e da unidade escolar, situação escolar do educando no ano letivo em curso ou concluído.
- No verso: organização vida escolar do educando, de acordo com o regime cursado; registros da carga horária cumprida, do resultado alcançado; nome da unidade escolar, cidade e Estado onde se localiza, ano vigente, local e data de expedição do documento; assinatura do diretor e do secretário geral (responsáveis pela emissão do documento).

Ficha individual: Registro de identificação do aluno, com informações pessoais (foto 3X4, nome completo, data de nascimento, naturalidade, com quem reside, endereço completo e indicação do encarregado de sua educação. Também devem constar os dados dos pais, como nome, idade, profissão, telefone e e-mail.

Informações complementares: além dos dados básicos de identificação do aluno, a Ficha Individual deve informar as restrições alimentares, informações e/ou recomendações médicas, entre outras.

Histórico Escolar: É o registro da vida escolar do educando.

- **Preenchimento:** deve ocorrer em duas vias; essas vias, por sua vez, devem estar devidamente datadas, assinadas e carimbadas pelo Secretário Geral e pelo Diretor da unidade escolar; uma das vias deve ser entregue ao aluno e a outra arquivada em sua respectiva pasta.
- **Cabeçalho:**
 - 1) dados da unidade escolar, (nome, número da resolução do CEE de Autorização de Funcionamento);
 - 2) dados do aluno, bem como último ano escolar cursado por ele.
- **Registros específicos:** preenchimento das notas conforme o os canhotos ou as Atas de Resultados Finais; preenchimento da carga horária conforme a determinada pela Matriz Curricular aprovada e executada.
- **Rasuras:** não podem haver rasuras, utilização de corretivos ou espaços em branco.
- **Verso:** deve contar todo e qualquer esclarecimento sobre a vida escolar do aluno, com data, assinatura e carimbo do Secretário Geral e do Diretor.

